

**ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER Nº 192/2023**

PROCESSO Nº 133-2023

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TÉCNICOS DE LEVANTAMENTO
TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO
CADASTRAL GEORREFERENCIADO
DE CURSO HÍDRICO DE BACIA DE
CONTRIBUIÇÃO, ATENDENDO
SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO. DISPENSA DE
LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

O Sr. Secretário de Administração e Planejamento encaminhou a essa Assessoria Jurídica, o Processo nº 133/2023, solicitando PARECER referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO DE CURSO HÍDRICO DE BACIA DE CONTRIBUIÇÃO**, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria de Administração e Planejamento, indagando sobre a possibilidade de contratação com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A solicitação decorre do Memorando Interno da Secretaria de Administração e planejamento SAP nº 279/2023, datado de 12/06/2023, ocasião em que foram apresentados documentos e orçamentos.

A justificativa para a contratação foi externada no documento de formalização da demanda.

Foram apresentadas nos Autos, anexadas ao Memorando Interno, propostas de 04 (quatro) empresas, quais sejam, Projen Assessoria e

Engenharia, inscrita no CNPJ nº 50.104.035./0001-49; SM Topografia e Engenharia, inscrita no CNPJ nº 28.932.611/0001-97; Projeta Engenharia e Agrimensura, inscrita no CNPJ sob o nº 25.195.312/0001-29; e Albarello Neto, inscrita no CNPJ nº 24.530.940/0001-50, para fornecimento do serviço.

É o que cabia relatar.

Analisando o valor orçado R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), entendemos se tratar da hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO com base no inciso I do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor é inferior ao limite de R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos).

Cumpre destacar que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu art. 75, elevou consideravelmente o valor limite para os casos de dispensa de licitação em comparação com aqueles previstos na Lei nº 8.666/93. Contudo, a nova lei, em seu art. 72, elencou uma série de requisitos, sem os quais não é possível se utilizar de contratação direta por dispensa de licitação. Vejamos:

"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial."

Pois bem, consta nos autos documento de formalização da demanda que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto

no artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 (artigo 72, inciso II).

O preço está justificado por se tratar do menor dentre os orçamentos apresentados (art. 72, inciso VII).

Consta dos autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis vinculados à Ação 2099 (Redes de Canalização Pluvial e Cloacal), Despesa 39 3.3.90.39 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica), Recurso 1 (Recurso Livre).

A Consulta e Reserva de Dotação Orçamentária demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (artigo 72, inciso IV).

A documentação da empresa Projen Assessoria e Engenharia (orçamento, documentos de habilitação, certidão de regularidade fiscal, certidões e atestados de capacidade técnica), comprovam que a mesma preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos termos do artigo 72, inciso V, da Lei 14.133.

A razão da escolha da empresa está pautada em critério objetivo, qual seja melhor preço, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do exposto, o parecer é favorável à contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 72 e artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

De outra banda, oportuno mencionar o fato de que a estrutura atual do Setor de Licitações ainda não conta com a designação formal do Agente de Contratação, tendo sido realizada consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em sua representação de Passo Fundo, ao que foi sinalado pela possibilidade do processamento de contratações, nos termos da Lei

Federal 14.133/2021, pela Comissão Permanente de Licitações, o que de fato ocorre no presente Processo.

Este é, salvo melhor juízo, o PARECER que submeto à consideração superior.

Ibirubá-RS, 27 de junho de 2023.



Eduardo Henrique Krammes,

Assessor Jurídico.

OAB/RS 121.756